

DELIMITAÇÕES, INVERSÕES, DESLOCAMENTOS *

MICHEL PÊCHEUX

(Traduzido por José Horta Nunes)

“Esta desordem contínua da produção, este constante abalo de todo o sistema social, esta agitação e esta insegurança perpétuas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações sociais, tradicionais e cristalizadas com seu cortejo de concepções e idéias antigas e veneráveis se dissolvem; as que vêm substituí-las envelhecem antes de terem podido se ossificar”.

Marx, Engels
Manifesto do partido comunista

“O homem sentiu sempre - e os poetas frequentemente cantaram - o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não é, traz de volta o que desapareceu”.

Benveniste - Problemas de Lingüística, vol. I

Desde há duzentos anos, alguns espectros começaram a assombrar a Europa e a circular pelo mundo: o da Revolução Francesa de

* Publicado originalmente na revista *L'Homme et la Société* 63-64, 1982:53-69. Agradecemos aos editores da revista e à M^{me} Pêcheux por autorizar a tradução e publicação deste trabalho em nossa revista.

1789, depois o das revoluções socialistas do século XIX (aquelas que não aconteceram, onde e quando eram esperadas), e finalmente o das revoluções do século XX, derivadas da de outubro de 1917, que se instalam em uma parte da Europa, e no interior daquilo que se tem como convenção chamar "o terceiro mundo".

A palavra "espectro" deve ser entendida aqui em vários sentidos:

- a figura fantástica do espírito dos mortos, que retorna para perseguir os vivos: imagens de corpos gloriosos, convertidos em visões terrificantes de fantasmas-espantalhos atravessando a história.

- o velho truque de fantasmagoria, destinado a produzir, para o público espectador, a ilusão de uma presença irreal, que se relaciona, em cena, com atores de carne e osso.

- e também a tentação de alguma coisa como "a análise espectral" das revoluções: a distribuição e a variação de suas colorações, bordadas de radiações invisíveis; e as faixas, brilhantes ou obscuras, as "raias" que dividem seu campo como fronteiras, marcando nele o traço dos elementos que entram em sua misteriosa composição...

Assim, a questão histórica das revoluções concerne por diversas vias ao contato entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não-realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades da ausência. Não seria o caso de designar ao mesmo tempo como esta questão, onde o real vem se afrontar com o imaginário, diz respeito também à linguagem, na medida em que ela especifica a existência do simbólico para o animal humano?

A existência do invisível e da ausência está estruturalmente inscrita nas formas lingüísticas da negação, do hipotético, das diferentes modalidades que expressam um "desejo", etc., no jogo variável das formas que permutam o presente com o passado e o futuro, a constatação assertiva com o imperativo da ordem e a falta de asserção do infinitivo, a coincidência enunciativa do pronome *eu* com o irrealizado *nós* e a alteridade do *ele* (*ela*) e do *eles* (*elas*)... Através das estruturas que lhe são próprias¹, toda língua está necessariamente em relação com o "não está", o "não está mais", o "ainda não está" e o "nunca estará" da percepção imediata: nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível.

Abstrações como "o povo", "as massas", "o proletariado", "a luta de classes" podem ser mostradas (pintadas, filmadas ou televisadas) enquanto conceitos, sem disfarces? E não ocorre o mesmo com o inconsciente freudiano?

Mas a eficácia concreta das abstrações, inscrita no exercício mesmo de toda língua, é marcada precisamente nos deslocamentos e disfarces que afetam a representação de um processo revolucionário para seus próprios atores: por exemplo, o disfarce romano da Revolução Francesa, no qual ela encontra suas origens míticas.

Não há, pois, discurso, realmente falado por seres humanos, que possa se destacar completamente dos trás-mundos (ou dos pré-mundos) que o habitam²: o aforismo nietzscheano, segundo o qual os homens não poderão se desembaraçar da religião enquanto continuarem aderindo à gramática, designa talvez o impossível de uma sociedade integralmente liberta de toda religião, seja a de um deus, a de um povo ou uma nação, a do povo, da Classe Trabalhadora ou da humanidade, a da Ciência ou do Método, ou a de sua própria Subjetividade.

Portanto, se no espaço revolucionário tem-se a questão da passagem de um mundo a outro, a relação com o invisível é aí inevitavelmente colocada, do mesmo modo como nas formas históricas da contra-revolução: o conjunto constitui um só processo, contraditório, no qual se tramam as relações entre língua e história.

São esses efeitos de trama que tentaremos especificar aqui, nos três espaços históricos diferenciados: o da Revolução Francesa de 1789, o da revolução socialista, nos termos em que a questão foi formulada no século XIX, e o das revoluções proletárias do século XX. Tentaremos, simultaneamente, derivar disso algumas conseqüências políticas e teóricas.

I - MUDAR DE MUNDO, OU MUDAR A BASE DO MUNDO?

A) A Revolução Francesa

A revolução burguesa de 1789, que escande o processo de destruição da dominação feudal-monárquica e a tomada do poder político pela classe burguesa, é uma revolução nacional, democrática e popular; é também uma revolução lingüística no sentido próprio do termo, posto que a "mudança de mundo" (materializada em alguns anos pela queda da realeza e a construção de um novo aparelho político, jurídico-administrativo e militar) é também profundamente marcado pela empresa política do "francês nacional"³.

As ideologias feudais supunham a existência material de uma barreira⁴ lingüística que separava aqueles que, por seu estado, eram os únicos suscetíveis de entender claramente o que tinham a se dizer, e a

massa de todos os outros, tidos como inaptos para se comunicar realmente entre si, e a quem os primeiros só se endereçavam pela martelação retórica da religião e do poder.

Assim, nem o feudalismo nem as monarquias absolutas colocaram em prática qualquer política da língua⁵: “o corpo lingüístico” da época feudal, o mosaico dos falares locais e dos patoás, permanecia tão intocável quanto o corpo do rei, por razões paradoxalmente idênticas, tendo em vista o fato de que o soberano somente podia representar seu povo na condição de ser, em seus atos e em suas palavras, a fonte única da história, da qual o povo se mantinha como o espectador mudo⁶.

Mas as evidências dessa partição do mundo feudal em *dois mundos* (assegurada por disjunções visíveis, entre as quais as barreiras de língua) supunha referência a um “terceiro mundo”⁷ invisível, a um trás-mundo onde a separação se anula: a ideologia religiosa, que dominava a formação sócio-histórica, feudal e monárquica, consistia essencialmente em administrar esta relação com o “alhores” que a funda; ela representava este “alhores”, tornando-o visível através das cerimônias e das festas - inscrevendo-se aí os discursos - que colocavam em cena este corpo social unificado, radioso, transfigurado, que manifesta o *inexistente constitutivo* da sociedade feudal.

Neste sentido, talvez seja justo dizer que a Revolução Francesa representou “o acontecimento cristão por excelência” (K. Marx, retomado por E. Bloch), na medida mesmo em que ela marcou simultaneamente o fim do mundo cristão: “o inexistente” irrompeu materialmente, e as barreiras visíveis se desmoronaram, arrastando com sua queda a ideologia religiosa feudal.

A política burguesa começava, produzindo um novo tipo de relação ao alhores e ao inexistente (o “nós”, o “todos”, e o “cada um” nas assembléias, as festas revolucionárias, o novo exército...e a língua nacional): o feudalismo havia mantido a ordem dominante. *traduzindo-a* em formas específicas (representações, imagens) destinadas às classes dominadas. A particularidade da revolução burguesa foi a de tender a absorver as diferenças rompendo as barreiras: ela universalizou as relações jurídicas no momento em que se universalizava a circulação do dinheiro, das mercadorias...e dos trabalhadores livres.

Para tornar-se cidadãos, os sujeitos deviam, portanto, se libertar dos particularismos históricos, cujo imediatismo visível os entravava: seus costumes locais, suas concepções ancestrais, seus “preconceitos”⁸...e sua língua materna: a “questão lingüística” chega politicamente à ordem do dia, e desemboca na alfabetização, no aprendizado e na utilização legal da língua nacional.

O resultado do que acabamos de lembrar brevemente consiste em uma mudança estrutural na forma das lutas ideológicas: não mais o choque de dois mundos, separados pela barreira das línguas, mas um confronto estratégico em um só mundo, no terreno de um só língua, tendencialmente Una e Indivisível, como a República⁹.

B) A questão da revolução socialista a partir do século XIX

A impossibilidade de um compromisso com a monarquia empurrou a burguesia francesa para uma aliança popular a fim de destruir a antiga dominação. Ao mesmo tempo, ela organizava progressivamente, sob a máscara desta aliança, sua própria ordem. Em outros países como a Inglaterra, a política burguesa seguiu outras vias, mas com o mesmo efeito fundamental: organizar uma nova divisão da sociedade, sob a cobertura de uma unidade formal fundada no Direito.

Esta unificação formal passa em particular pela difusão da língua nacional, que constitui uma das questões em jogo nas lutas de classes na Europa do século XIX:

- a burguesia é obrigada a proclamar o ideal de igualdade frente à língua como uma das condições efetivas da liberdade dos cidadãos, organizando simultaneamente uma desigualdade real, estruturalmente reproduzida por uma divisão no ensino da língua e da gramática¹⁰.

- por seu lado, o proletariado experimenta progressivamente, sob a democracia burguesa, o *irrealizado* do movimento popular, e descobre pouco a pouco que a burguesia tem necessidade vital de que esse ponto permaneça irrealizado: a dominação da ideologia jurídica introduz assim, por meio de seu universalismo, uma *barreira política invisível*, que se entrelaça sutilmente com as fronteiras econômicas visíveis engendradas pela exploração capitalista.

O importante aqui é que esta nova barreira, invisível, não separa dois "mundos"; ela atravessa a sociedade como uma linha móvel, sensível às relações de força, resistente e elástica, sendo que, de um e outro de seus lados, as mesmas palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua, não têm o mesmo "sentido": esta estratégia da diferença sob a unidade formal culmina no discurso do Direito, que constitui assim a *nova língua de madeira da época moderna*, na medida em que ela representa, no interior da língua, a maneira política de negar a política.

Espaço da artimanha e da linguagem dupla, linguagem de classe secreta onde o "bom entendedor" encontra sempre sua salvação, a língua da ideologia jurídica permite conduzir a luta de classes sob a aparência da paz social: o que os clássicos do marxismo chamaram "fraseologia"

ou "frase democrática"¹¹. Os diferentes aparelhos ideológicos de Estado da sociedade burguesa funcionam ao modo da fraseologia democrática, na medida em que o seu regime discursivo combina as propriedades "regionais" de seus objetos especializados (especialização tida como evidente: no direito, no conhecimento, na política, no trabalho, na informação, na cultura, etc.) com posições de classe no mais das vezes inconfessadas: os objetos ideológicos são sempre fornecidos concomitantemente com a maneira de se servir deles, com a pressuposição de seu "sentido", quer dizer, também com sua *orientação*¹².

Este duplo caráter dos processos ideológicos (caráter regional e caráter de classe) permite compreender como as formações ideológicas e discursivas nas quais eles se inscrevem se referem necessariamente a "objetos" (como a Liberdade, a Ordem, a Igualdade, a Justiça, a Ciência, o Poder, etc.) que *são ao mesmo tempo idênticos e antagonistas* em relação a si mesmos, quer dizer, cuja unidade é submetida a uma divisão: o próprio da luta ideológica sob a dominação burguesa¹³ consiste em desenrolar-se em *um* mundo que não acaba nunca de *se dividir em dois*.

Para os revolucionários do século XIX europeu, não se trata, pois, de "mudar de mundo", mas de mudar a base do único mundo existente, o da sociedade burguesa, suprimindo o antagonismo entre o que proclama indefinidamente a frase democrática (o que a burguesia pretende fazer, suas promessas e seus programas eleitorais) e o que a burguesia faz "realmente"; sob esta denúncia da frase e do discurso burguês, articula-se progressivamente a suspeita de que a classe capitalista oculta do povo segredos decisivos, em que ele está em questão sem que saiba: a burguesia dissimula seu poder ditatorial por detrás das aparências democráticas, jogando com as palavras, e, quando necessário, conspira a portas fechadas. Os versalheses de 1871 e a Trilateral de hoje: "Keep away from the public eye!...". O poder da burguesia tende ao invisível, para se exercer com mais eficácia; ao mesmo tempo, ele se encarrega sistematicamente de *ob-servar* as classes dominadas, para melhor assujeitá-las.

A revolução socialista aparece como o *inexistente* específico do mundo burguês, cujo advento é o único que pode realizar "a transparência da produção social" para os próprios produtores e por eles; o discurso revolucionário socialista se constrói (nas sociedades européias do século XIX) em torno da barreira política invisível que protege o Estado: ele consiste em denunciar a sociedade, tornando visível o seu "irrealizado"; ele se encarrega de reunir, convencer, organizar e politizar o proletariado, tornando-o *visível para si mesmo*, de sorte que, novo sujeito da História, este se lance à "luta final": o mundo vai mudar de base.

Neste plano, a réplica ideológica burguesa (que se forma desde

esta época) consistiu largamente em voltar contra este discurso o dispositivo anti-feudal: e se esta luta contra o movimento socialista enquanto nova religião (articulada à tentativa constante de absorvê-la no Estado) se mostrou tão eficaz, é preciso sem dúvida reconhecer que, de uma certa maneira, ela atingia em cheio não somente o cerne dos socialismos utópicos, como igualmente o interior das propagandas do "socialismo científico" das 1ª e 2ª Internacionais¹⁴.

Face a seu adversário mortal, a burguesia põe certamente tudo na fogueira, mas não utiliza nunca "qualquer coisa": ela aprendeu a tocar os pontos sensíveis... Hoje como nunca, o golpe continua certo.

C) As revoluções do século XX

A subversão da *base* do modo de produção capitalista, tal como a esperavam os revolucionários da época de Marx, não ocorreu; o que teve início com Outubro 17, e que constitui hoje "o mundo socialista", se desenvolveu essencialmente na *periferia* do sistema capitalista, em particular nos seus espaços coloniais. A matéria prima histórica transformada pelas revoluções do século XX não foi, portanto, a zona das democracias parlamentares inspiradas na Revolução Francesa, mas antes a das monarquias e dos impérios, dos protetorados, dos sistemas feudais ou "pré-feudais".

De modo que, se Outubro 17 assemelha-se efetivamente a 1789 (em particular no terreno da língua)¹⁵, é antes de tudo porque algo da revolução burguesa aí se repete sob outras formas, com a preocupação de criar as condições lingüísticas necessárias ao exercício do novo poder do Estado, com suas ramificações geográficas e culturais, e de organizar uma administração apta a dirigir o país, um exército capaz de defender sua independência. A alfabetização, a escolarização e a difusão cultural da língua nacional fazem parte integrante do programa político dos movimentos revolucionários e de libertação nacional de nossa época¹⁶.

A história lingüística da União Soviética apresenta, no entanto, uma diferença importante com relação ao período revolucionário francês: a revolução russa veio de fato acompanhada de um extenso esforço apoiado nos inícios da pesquisa lingüística, que visava salvaguardar as diferentes línguas da União (através do estabelecimento de seu alfabeto, da descrição de suas estruturas e da preocupação sistemática com seu ensino).

Este esforço entrava desde o início em contradição com a difusão unificadora do russo como língua política, administrativa e militar da URSS, e esta contradição continua hoje a produzir os seus efeitos...

O fato de que a esfera capitalista tenha assim sido atacada em suas zonas de desenvolvimento, e não dinamitada em seu centro, afeta

profundamente a relação do fato revolucionário com o simbólico: os revolucionários de Outubro 17 (Lenin o primeiro) tinham em mente a revolução mundial como única garantia efetiva daquilo em que eles se empenhavam: o movimento iria se alargar rapidamente e mudar as bases do mundo... O inexistente, o irrealizado do socialismo, advindo como realidade mundial!

O que adveio de fato foi a imagem do socialismo localizado, contido em um "outro mundo" *pelo* mundo capitalista, quando não *dentro* dele. A URSS, e depois o "campo socialista", tomavam assim o lugar da Utopia realizada, da ilha experimental sitiada e defendida como uma fortaleza, onde o milagre do socialismo estava a se operar¹⁷: o alhures realizado tomava a forma do "realizado alhures".

O resultado foi a produção de novas fronteiras visíveis:

- primeiramente a fronteira de sítio, que separa o interior do socialismo existente e o mundo exterior do capitalismo. Fronteira protetora contra o cerco militar, as tentativas contra-revolucionárias e os riscos de "contaminação ideológica", mas por isso mesmo fronteira também de contenção interna, destinada a prevenir as fugas¹⁸;

- e juntamente novas fronteiras interiores, que multiplicam os dispositivos da fronteira de sítio, voltando-os para o interior: a "revanche póstuma" dos aparelhos socialistas da 2ª Internacional consiste na reconstituição de novas *solidificações* e novas *permanências*, e em um certo retorno do *sagrado* feudal na ordem social¹⁹: as hierarquias, as posições e os protocolos organizam a visibilidade do corpo glorioso da Revolução e asseguram a legitimidade do discurso oficial, tecido com referências aos textos fundadores e com fragmentos de memória coletiva, através dos quais o "nós" do povo se dirige a si mesmo²⁰; a ordem social, pretensamente desembaraçada dos efeitos da luta de classes, converte-se em uma ordem natural, na qual não há lugar para contradições: quando muito "dificuldades de organização".

Os organizadores técnicos, políticos e ideológicos (isto é, as diferentes categorias de intelectuais da sociedade socialista) se encontram assim necessariamente colocados no nó de contradições inelimináveis enquanto tais, ligadas à divisão social do trabalho e seus efeitos estruturais: a luta de classes atravessa todo o espaço da "sociedade sem classes", e não somente os meios intelectuais; mas "a questão dos intelectuais" é a forma visível que toma esta luta, no momento em que ela é negada e contida; pois ela é o lugar onde a adversidade interna da sociedade socialista (o ponto inassinalável desta adversidade sem adversário) vem se materializar: jogando com as novas fronteiras visíveis, uma fronteira invisível de tipo novo, sinuosa e móvel, se constituiu em torno do Partido-Estado; ina-

preensível e invisível, ela *torna visível* a adversidade, produzindo o adversário, tomando o intruso interno como “traidor”, “sabotador” e “agente do inimigo”, e expulsando-o para fora do “nós” unânime do indivíduo social universal que ela assim protege e reproduz²¹.

De um lado e de outro desta fronteira, a mesma palavra, a mesma frase não têm, de novo, o “mesmo sentido”: e, como no caso da ideologia jurídica burguesa, sua transposição, deliberada ou não, pode ser uma questão de vida ou morte: paradoxalmente, a desconfiança dos revolucionários com respeito à fraseologia engendrou a nova fraseologia do discurso-real autoprotetor, nova “frase democrática” que, ao repetir o que todos sabem, permite calar o que cada um entende sem o confessar.

Maldito aquele que rompe este pacto do silêncio tagarela: ele corre o risco de se tornar *ipso-facto* um espectro visível da adversidade.

II - Lógica da inversão e efeitos discursivos de deslocamento

Assim, desde o século XVIII feudal-monárquico, mudanças de forma e desordens topológicas afetaram o trabalho do “inexistente” e do “irrealizado” nos discursos revolucionários: a superposição de dois mundos, materialmente separados por fronteiras estáveis e visíveis, deu lugar à divisão interna de um único e mesmo universo, atravessado por uma fronteira instável e sutil, cuja invisibilidade lhe garantiu a eficácia. A irrupção de Outubro 17 teve como resultado histórico, estranhamente contraditório, acentuar até seu último limite a *invisibilidade das fronteiras* colocadas em jogo pela luta de classes (fazendo “desaparecer” o capital como última classe social antagonista assinalável), e simultaneamente *constituir outras fronteiras*, cujo poder de contenção, a estabilidade e a visibilidade não cessaram de aumentar, neste tipo de Estado oficialmente ateu, onde os efeitos religiosos retornam constantemente, sob uma forma secularizada.

Perguntar pelas relações da linguagem com a revolução não pode, portanto, limitar-se hoje à questão do discurso do Partido-Estado, e à da legitimidade/ilegitimidade deste enquanto enunciador do discurso revolucionário. A problemática da legitimidade e da usurpação é uma das formas históricas mais solidamente instaladas, nos próprios discursos revolucionários, sob a forma de um incessante deslocamento “alhores” da realidade do socialismo (da URSS a Cuba, de Cuba à China, da China ao Vietnã, do Vietnã a não se sabe mais onde...) até o “nenhuma parte” do socialismo-dos-textos-clássicos, inscritos no espaço puro da teoria.

Parece mais interessante, à luz das mudanças de forma que

acabamos de evocar, questionar *de onde vêm* os discursos revolucionários, como eles se constituem historicamente, na sua relação com o inexistente, com a irrealidade e com o impossível.

Mas isso supõe primeiramente descartar dois efeitos religiosos complementares.

Um deles consiste em localizar a fonte do processo revolucionário em um discurso teórico que, através de sua presença-ausência enquanto rede de conceitos eficazes, induziria, do exterior, a revolução no mundo existente ("A teoria de Marx é todo-poderosa porque ela é verdadeira"). Não é necessário insistir.

O outro, inversamente simétrico ao primeiro efeito, consiste em pressupor, no interior do mundo existente, a existência de um germe revolucionário independente, presente no estado prático como uma essência certamente entravada, reprimida, dominada, mas no entanto prestes a fazer irromper, toda armada como Atená, e a dominar, por sua vez, quando chegar o dia. Aqui é necessário insistir, porque encontramos numerosos exemplos desta concepção, tanto na acepção corrente da noção de ideologia proletária, quanto por detrás de formulações que atribuem generosamente à "negritude", ao "feminismo", à "loucura", ao "pensamento selvagem", ao "judaísmo", etc., o estatuto de contra-ideologias revolucionárias: esta concepção se encontra, em suma, sob a garantia da existência das *ideologias dominadas* concebidas como germes reprimidos e abafados pela ideologia dominante. O efeito religioso se manifesta na noção de germe, que subentende necessariamente a promessa de um desenvolvimento orgânico completo, contido em estado de prefiguração. Conceber assim as ideologias dominadas não seria se expor a atribuir a cada grupo sócio-histórico "sua" ideologia, como um trás-mundo submetido *somente* a uma dominação externa, e cegar-se ante o fato de que toda dominação ideológica é antes de tudo uma dominação interna, quer dizer, uma dominação que se exerce primeiramente na organização interna das próprias ideologias dominadas?

É isso o que está em jogo nas interpretações populistas do discurso revolucionário: desligar-se do efeito religioso que aí se veicula é antes de tudo reconhecer que, mesmo no espaço ideológico feudal-monárquico, e *a fortiori* nas condições contemporâneas, as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* elas, e não em um "outro mundo", anterior, exterior ou independente²².

Feito este esclarecimento, parece que a questão da linguagem, a dos efeitos de fronteira e a da irrupção do irrealizado podem se amarrar à figura da *interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos*, introduzida por L. Althusser em um artigo demasiado célebre para que retomemos

aqui o seu comentário; contentamo-nos em lembrar que as práticas ideológicas são aí caracterizadas como “reguladas por *rituais* nos quais as práticas se inscrevem no seio da existência de um aparelho ideológico, mesmo que seja uma mínima parte deste aparelho: uma pequena missa em uma pequena igreja, um enterro, um pequeno jogo em uma sociedade esportiva, um dia de aula em uma escola, uma reunião ou um encontro de um partido político, etc.”²³

E acrescentaremos que levar até as últimas consequências a interpelação ideológica como *ritual* supõe o reconhecimento de que não há ritual sem falha, desmaio ou rechadura: “uma palavra por outra” é uma definição (um pouco restritiva) da metáfora, mas é também o ponto em que um ritual chega a se quebrar no lapso ou no ato falho²⁴.

Deste ponto de vista, toda genealogia das formas do discurso revolucionário supõe primeiramente que se faça retorno aos pontos de resistência e de revolta que se incubam sob a dominação ideológica.

As resistências: não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras...

E assim começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido.

E através destas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um *acontecimento histórico*, rompendo o círculo da repetição.

É neste momento que surge o *porta-voz*, ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior.

Em um estudo recente sobre o surgimento da posição do porta-voz durante a Revolução Francesa, B. Conein mostra que ela “perturba a

relação que o campo político mantinha com a revolução. A partir do outono de 1792, os agentes políticos não falam mais ao povo, mas ao porta-voz. As ações expressas e as transações diretas entre agentes políticos e rebeldes cessam. É toda uma economia de trocas políticas que é perturbada". E B. Conein acrescenta: "O que nunca é introduzido no enunciado do porta-voz é aquilo que o povo diz ou disse. O discurso relatado é estranho ao discurso do porta-voz. A representação do povo como locutor (discurso relatado) está ausente, e a possibilidade de que o povo ocupe um lugar de orador está excluída, pois anularia a função do porta-voz"²⁵.

O destino do porta-voz circula assim entre a posição do profeta, a do dirigente e a do homem de Estado, visto que ele é o ponto em que "o outro mundo" se confronta com o estado de coisas existente, o ponto de partida recíproco no qual a contradição vem se amarrar politicamente a um "negócio de Estado".

Chamando a si a questão do Estado, e já preso nela, o porta-voz é desta forma necessariamente confrontado aos efeitos recorrentes do trabalho revolucionário da memória, onde os discursos sedimentados de todos aqueles que o precederam neste destino o esperam para agarrá-lo, penetrá-lo, servir-lhe e reviver através dele. Esta sedimentação toma formas diferentes conforme "o estado de organização" política das classes dominadas, mas nunca ocorre sem efeitos teóricos e práticos: as estratégias de tomada da palavra, de inversão e de conta-identificação especular que constituem os discursos revolucionários na sua relação com o Estado (ao mesmo tempo garantia do estado de coisas existente e agente geral da "mudança") são escritas conjuntamente no registro histórico tanto dos dispositivos estatais como dos programas revolucionários.

Neste sentido, pode-se dizer que os discursos de revolução (análises, programas, apelos...) tendem inevitavelmente a tornar simétrico algo presente nos discursos da ordem estabelecida, prefigurando a ordem estatal revolucionária (com seus aspectos administrativos e religiosos de tipo novo que aí se manifestam conjuntamente e com insistência).

Este ponto poderia contribuir para explicar porque os discursos revolucionários contemporâneos se encontram a um tal grau presos à lógica das fronteiras, desembocando por vezes em uma lógica paranóica da interpretação: a administração religiosa do sentido, gerida por porta-vozes/permanentes/funcionários no espaço sem sobra de uma contradição simétrica, que foge de toda heterogeneidade interna²⁶.

Do mesmo modo, a época do discurso revolucionário superacumulado sob a forma de uma lógica da inversão estratégica é também a época de um esgotamento dos recursos internos deste discurso: a lógica

da inversão se esgota de tanto recobrir as resistências e as revoltas imprevisíveis que adormecem sob os dispositivos e os programas. Ela se esforça por remetê-los, de antemão, "a seu lugar", o que constitui justamente o índice do *efeito de deslocamento* que aí é induzido: como se todos esses enunciados sem locutor, esses relatos geradores de acontecimentos sem porta-vozes, esses efeitos discursivos que trabalham nas margens, sem enunciador legítimo, incomodassem a ordem revolucionária.

Se os discursos do nosso tempo com pretensão revolucionária persistem obstinadamente em não compreender esses deslocamentos que trabalham sob sua própria lógica estratégica, tudo leva a crer que eles terminarão por desvanecer-se na proliferação vazia. E se considerarmos o quanto isso tem sido feito (através de diversas modalidades históricas, das quais a situação francesa atual - maio de 1980 - constitui um caso sinistramente exemplar), é necessário também que se possa imaginar o que isso implica com respeito ao destino político das resistências e das revoltas, que este vazio expõe diretamente aos dispositivos estratégicos de dominação: não seria a primeira vez que a classe dominante estaria à frente de seus adversários em entender o que as resistências e as rebeliões deslocam no interior da ordem estabelecida, e em tirar proveito político disso:

"Explorar as *línguas totalitárias* não consiste simplesmente em fazer história, mas em penetrar em uma espantosa experimentação, que realizou sem sabê-lo o mais desagradável dos homens - o mais tolo dos seres humanos, sobre os poderes encerrados por este *real*: a linguagem". (J.P. Faye, "Matérialité du langage et modèle oscillatoire", *Cahiers Cistre*, num. 7, l'Age d'Homme, 1980, p.203).

O nazismo não recomeçará provavelmente como tal, mas "o ventre ainda é fecundo", e ele gera a cada dia meios mais eficazes para dominar o que lhe resiste: as "línguas de vento"²⁷ se aperfeiçoaram consideravelmente desde os anos 30 na arte da anestesia e da asfixia.

Do médium em transe que se tornou visível pela sua voz na Alemanha radiofônica de 1933, até os fantasmas audiovisuais das mídias contemporâneas, que progressos na arte de fazer marchar as massas, produzindo-lhes o invisível!

A eficácia destes disfarces consiste em que "as massas" permanecem aí tão invisíveis a si mesmas, tão irrepresentáveis como conceitos. E esta fantasmagoria espectral funciona tão bem, aparentemente, que certos pensadores chegam a enunciar que o real não passa de uma armadilha, uma rede de simulacros, uma autoprodução do discurso da sedução... "O poder não existe", diz Baudrillard, esforçando-se para esquecer Foucault! Não é esta a melhor maneira de cair no regaço materno do poder estatal contemporâneo?

O poder existe, e ele dispõe até de uma vantagem bastante considerável, ao menos na Europa, sobre as forças suscetíveis de colocá-lo em causa: mas por detrás do esgotamento da figura clássica do porta-voz, por detrás do desregramento dos performativos políticos legítimos, começa também uma nova transformação das relações do visível com o invisível, com o irrealizado e o inexistente, que o poder combate com a multiplicação dos espectros²⁸: não seria esta a ocasião, para os discursos com pretensão revolucionária, de empreender sua própria revolução? Aceitar questionar a lógica paranóica dos efeitos de fronteira para discernir os elementos de resistência e de revolta que se deslocam sob as lógicas estratégicas da inversão: aceitar heterogeneizar o campo das contradições para esquivar as simetrias que aí se instalam; aceitar abalar a religião do sentido que separa o sério (o útil, o eficaz, o operatório) do "sem sentido", reputado perigoso e irresponsável; aceitar, enfim, *desvizar* os espectros do discurso revolucionário para começar a devolver o que se deve ao invisível, isto é, ao "movimento real" (Marx), que trabalha neste mundo para a abolição da ordem existente...

Paris, maio de 1980

NOTAS

1. Como ocorre no funcionamento da relação *tu/vous*, diferente no francês e no inglês.
2. Somente as línguas ideais lógicas podem pretender ater-se a uma dedução estrita dos "observáveis" - o que, aliás, só é possível ao preço da instauração de uma meta-linguagem, onde se reconstitui um trás-mundo.
3. Numerosos trabalhos se debruçam sobre esta questão: R. Balibar e D. Laporte, *Le français national*, Hachette, 1974; M. de Certeau, D. Julia e J. Revel, *Une politique de la langue: la révolution française et patois; l'enquête de Gregoire*, N.R.F., 1975. A. Chervel, ... *et il a fallut apprendre à écrire à tous les petits Français*, Payot 1978. F. Furet e J. Ozouf, *Lire et écrire*, Minuit, 1977. Para citar apenas os mais completos e recentes.
4. As táticas de distanciamento por meio da construção de uma barreira visível constituem uma das características principais do dispositivo feudal: Régis Debray evocou recentemente este momento do século XII em que "a arquitetura feudal eleva as muralhas, escava ainda mais os fossos - o poder supremo está nos castelos. No século XIII, a arquitetura religiosa idealiza tribunas, estalas e coros separados,

para isolar melhor o clero da multidão dos leigos. O corpo eclesiástico reforça sua clausura no momento em que a apoteose teocrática dá à Igreja o poder supremo" (*Le Scribe*, p. 23-24). O interesse para nós está no que Debray acrescenta: "As necessidades da administração reestabelecem o uso da escrita. O latim é restaurado como instrumento de comunicação "internacional", comum à Igreja e à chancelaria. Os reis e os príncipes serão os únicos, juntamente com os clérigos, que poderão aprendê-lo. As falas vernaculares se convertem em "línguas vulgares", que são abandonadas ao povo - maneira de demarcar dirigentes e dirigidos" (*ibid*, p. 25). O latim seria assim a "língua de madeira" da ideologia feudal, realizando ao mesmo tempo a comunicação e a não-comunicação.

5. Isto não implica a ausência de acontecimentos lingüísticos importantes: convém mencionar a este propósito o giro histórico pelo qual, tendo o laço de suserania se tornado insuficientemente eficaz, a classe dominante nobiliária se empenhou em reforçar sua coesão com a unificação de *sua* língua em proveito exclusivo; esse giro se marca por exemplo no papel organizador da Academia Francesa, face à heterogeneidade lingüística que havia se manifestado até a época da Plêiade.
6. Este ponto é retomado diretamente de F. Gadet e M. Pêcheux, *La langue introuvable*, (Maspero, 1981), onde essa análise é desenvolvida em relação à história da lingüística.
7. Cf. as teses de G. Dumézil sobre a figura da trifuncionalidade, recentemente retomadas em sua aplicação histórica por G. Duby, em *Les trois ordres du féodalisme*.
8. "Tudo o que tinha solidez e permanência se esvai, tudo o que era sagrado é profanado..." (*Le Manifeste*).
9. Os casos da Bélgica e do Canadá constituem, deste ponto de vista, exceções históricas esclarecedoras: nesses dois países da esfera capitalista, a luta ideológica continua passando em grande medida pela luta entre dois "mundos lingüísticos".
10. Esta divisão é política. O jogo de palavra burguês sobre o termo "liberdade" se mede pela distância que separa os projetos escolares dos revolucionários jacobinos (em particular, em matéria lingüística, os de Condorcet), da realidade em 1880. Mas o deslizamento existe já no projeto jacobino: ao apresentar sintomaticamente como modelo a Gramática francesa de Lhomond, o ensino "completo" da língua francesa se constituía sobre o modelo do latim, reservando a experiência do bilingüismo à classe dominante, e fornecendo às massas uma gramática simplificada e truncada, baseada na lógica da frase simples.
11. Esta noção não concerne, portanto, o caráter frásico da língua: ela designa um efeito discursivo específico, que remete, segundo J-L Houbedine, a uma "relação especular entre os destinatários supostos do discurso e o sujeito de sua enunciação, sendo que os primeiros são chamados a se juntar fantasmagoricamente ao segundo na unidade identificadora daquilo que (se) oferece à vista em sua pró-

pria pessoa, isto é, um mesmo *ideal do eu*... Imagem de um Volksmann, de um "homem-povo", entidade singular que se investe de um valor tão mais insigne, de modo que cada um se torna, por assim dizer, a sua garantia universal, na medida mesmo em que nesta entidade atua o efeito de uma *repressão* que se repete em cada um" ("Quelques questions d'aujourd'hui à propos de la 'phrase démocratique'", in *Psychanalyse et Sémiotique*, Actes du colloque de Milan, 1974, 10/18, Paris, 1975).

12. O estudo dos mecanismos discursivos deste duplo entendimento ideológico sobre uma base lingüística tendencialmente unificada constitui, nos confins da história e da lingüística, uma tentativa que por vezes tem sido designada com o nome de "análise de discurso".
13. As premissas desta configuração encontram-se já no mundo feudal, essencialmente sob a forma desta longa luta interna que afeta a ideologia religiosa enquanto unidade dividida: os jogos de palavras teológicos constituíam o explosivo ideológico da época; compreende-se que o seu uso tenha sido tão constantemente vigiado e regulamentado.
14. Cf. R. Debray, sobre a relação entre a propagação da fé e da propaganda moderna: "preocupação pastoral e educação clerical se chamam uma à outra. Organizou-se o ensino porque era necessário converter (digamos: convencer), evangelizar (digamos: politizar), a fim de que o povo de Deus se reproduzisse" (*op. cit.* p. 43).
15. A história lingüística da União Soviética apresenta, no entanto, uma diferença importante com respeito ao período revolucionário francês: a revolução russa se acompanha de fato de um intenso esforço que se apóia nos incios da pesquisa lingüística e visa a salvaguardar as diferentes línguas da União (através do estabelecimento de seu alfabeto, da descrição de sua estrutura e da preocupação sistemática com seu ensino).
Este esforço entrava desde o início em contradição com a difusão unificadora do russo como língua política administrativa e militar da URSS, e esta contradição continua hoje a produzir seus efeitos...
16. "É filho de sua língua quem será o pai de um Estado", escreve R. Debray. "Se a primeira muralha social de uma minoria (ou de uma maioria tratada como menor) é sua língua, cuja demolição faria ir pelos ares todos os outros cercos, o trabalhador das palavras é justamente o vigia das muralhas. Que seja Petöfi ou N'Krumah, Kussuth ou Jose Marti, Mazzini ou Agostinho Neto, os poetas e os escritores são como que levados por sua função lingüística à função de "heróis da independência". O porta-símbolos nunca fica longe do porta-estandarte.
Durante o século XIX na Europa, assim como durante o século XX no terceiro mundo, o 'despertar das nacionalidades' oprimidas coloca os clérigos na cabeça das tropas como depositários da memória coletiva e guardiães do tesouro veicular" (*op. cit.* p. 58).

17. Esta concepção da URSS como lugar do socialismo-em-realização marcou profundamente os movimentos operários do século XX, fixando a forma do internacionalismo proletário, ligado à "pátria do socialismo" por um cordão umbilical; a URSS é o lugar onde as quimeras se tornam realidade:

"Esta plena conciliação do interesse geral com os interesses individuais, que a estrutura econômica soviética realizou, permite perseguir e atingir o que, nos países burgueses, era uma quimera inacessível: o consentimento de todos às regras do direito.

Para isto basta explicar a cada um a razão de ser destas regras: se a explicação for correta, qualquer cidadão será levado a aplicá-las, mesmo que, em algum caso, elas funcionem contra ele" (René David, "Remarques générales sur le droit soviétique", *Rev. progressiste du droit français*, março-abril de 1953, num. 6-7, p. 48-49; citado por B. Edelman em *La législation de la classe ouvrière*, p. 197, Borgeois, Paris, 1978.

18. Mas (todas as igrejas o sabem) é preciso ser *louco* para querer fugir do Jardim do Éden (ou simplesmente para duvidar de que se se encontra lá) - daí os hospitais psiquiátricos especializados...
19. Cf. os termos, ambíguos sobre este ponto, do *Manifeste*, citados mais acima, concernentes à agitação, à insegurança e à profanação do sagrado, engendradas pelo capitalismo.
20. O menos estranho não é que este discurso, pelo qual o povo se dirige a si mesmo, lhe seja freqüentemente opaco: é preciso prever traduções (paráfrases no interior da língua nacional e por vezes verdadeiras transposições lingüísticas) asseguradas pelos responsáveis políticos nos diferentes escalões.
21. A auto-desfiguração do socialismo se traduz por um deslocamento de suas invisíveis contradições internas a respeito de uma adversidade exterior, materializada pelas fronteiras visíveis do cerco e da demarcação social.
22. Por conseqüência, sustentamos aqui que *as ideologias dominadas existem*, e não são o puro reflexo da ideologia dominante. Por outro lado, o *plural* manifesta que elas não constituem tampouco o seu inverso simétrico.
23. "Les Appareils Idéologiques d'Etat" (1970), in *Positions*, p. 107, Editions Sociales, 1975.
24. Tentei desenvolver este ponto em um texto a aparecer sob o título "Quelques réflexions sur les idéologies dominées".
25. "Peuple et pouvoir politique: las positions du porte-parole pendant la révolution française", in *Peuple et Histoire*, PUL, Lille.
26. Deste ponto de vista, a inevitável comparação com a Igreja Católica Romana se volta freqüentemente a favor desta última: uma experiência bi-milenária de gestão flexível das fronteiras ideológicas, uma prática discursiva da negociação absorvente, que produziu suas provas. E que provas!...

27. Esta expressão se deve a Régis Debray, que em sua *Modeste Contribution aux cérémonies officielles du dixième anniversaire* (Maspero, 1978) evoca este discurso aparentemente sem propósito do “qualquer coisa”, que floresce hoje em nossas metrópoles. Imagem esclarecedora, com a condição de entender que este discurso do “qualquer coisa” não se alimenta justamente de “qualquer coisa”.
28. Porque o olho é ainda mais crível que o ouvido: diferentemente de um enunciado, uma imagem não tem alhures; não se pode aplicar a ela uma “transformação” negativa ou interrogativa.